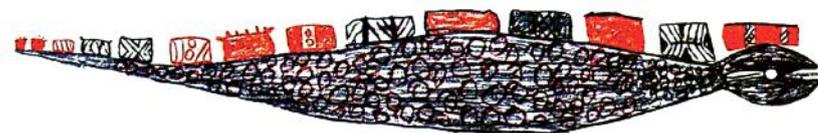




CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DA AMAZÔNIA

Rumo a uma nova síntese

CRISTIANA BARRETO
HELENA PINTO LIMA
CARLA JAIMES BETANCOURT
ORGANIZADORAS



CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DA AMAZÔNIA

Rumo a uma nova síntese

CRISTIANA BARRETO
HELENA PINTO LIMA
CARLA JAIMES BETANCOURT
Organizadoras

IPHAN | MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI | 2016

CRÉDITOS

Presidenta da República do Brasil

DILMA ROUSSEF

Ministro de Estado da Cultura

JUCA FERREIRA

Presidente do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional

JUREMA DE SOUZA MACHADO

Diretoria do Iphan

MARCOS JOSÉ SILVA RÉGO

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE

TT CATALÃO

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

Coordenação Editorial

SYLVIA MARIA BRAGA

Projeto Gráfico

RARUTI COMUNICAÇÃO E DESIGN/CRISTIANE DIAS

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

CELSON PANSERA

Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi

NILSON GABAS JÚNIOR

Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação

ANA VILACY GALÚCIO

Coordenadora de Comunicação e Extensão

MARIA EMÍLIA DA CRUZ SALES

Coordenação Editorial

NÚCLEO EDITORIAL DE LIVROS

Produção Editorial

IRANEIDE SILVA

ANGELA BOTELHO

Design Gráfico

ANDRÉA PINHEIRO

(CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA)

Editora Assistente

TEREZA LOBÃO

Fotos: Cristiana Barreto, Edithe Pereira, Glenn Shepard, Sivia Cunha Lima; Wagner Souza

Imagem da capa: Vaso da cultura Santarém, acervo Museu Paraense Emílio Goeldi. Foto: Glenn Shepard.



Cobra-canoa (*kalamu hai*)

(desenho de Aruta Wauja, 1998; Coleção Aristóteles Barcelos Neto).

Kalamu Hai é a gigantesca cobra-canoa que apareceu para os Wauja, há muito tempo, oferecendo-lhes a visão primordial de todos os tipos de panelas cerâmicas, o que lhes conferiu o conhecimento exclusivo sobre a arte oleira. As panelas chegaram navegando e cantando sobre o dorso da grande cobra que antes de ir embora defecou enormes depósitos de argila ao longo do rio Batovi para que eles pudessem fazer sua própria cerâmica. Segundo o mito, esta é a razão pela qual apenas os Wauja sabem fazer todos os tipos de cerâmica (Barcelos Neto, 2000).

Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese / Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt, organizadoras. Belém : IPHAN : Ministério da Cultura, 2016.

668 p.: il.

ISBN 978-85-61377-83-0

1. Cerâmica – Brasil - Amazônia. 2. Cerâmicas Arqueológicas. I. Barreto, Cristiana. II. Lima, Helena Pinto. III. Betancourt, Carla Jaimes.

CDD 738.098115

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO IPHAN - Andrey Rosenthal Schlee	8
APRESENTAÇÃO DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI - Nilson Gabas Jr.	9
PREFÁCIO - Michael Joseph Heckenberger	10
INTRODUÇÃO - Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt	12
INTRODUCCIÓN - Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt	14
PARTE I - A HISTÓRIA MOLDADA NOS POTES: INTRODUÇÃO A UMA LONGA VIAGEM	17
NOVOS OLHARES SOBRE AS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DA AMAZÔNIA Helena Pinto Lima, Cristiana Barreto, Carla Jaimes Betancourt	19
NÃO EXISTE NEOLÍTICO AO SUL DO EQUADOR: AS PRIMEIRAS CERÂMICAS AMAZÔNICAS E SUA FALTA DE RELAÇÃO COM A AGRICULTURA Eduardo Góes Neves	32
TIPOS CERÂMICOS OU MODOS DE VIDA? ETNOARQUEOLOGIA E AS TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS CERÂMICAS NA AMAZÔNIA Fabíola Andréa Silva	40
QUADRO CRONOLÓGICO DOS COMPLEXOS CERÂMICOS DA AMAZÔNIA	50
MAPA ARQUEOLÓGICO DOS COMPLEXOS CERÂMICOS DA AMAZÔNIA	51
PARTE II - SUBINDO O AMAZONAS NA COBRA CANOA	53
II.1. NORDESTE AMAZÔNICO	54
LA CERÂMICA DE LAS GUYANAS Stéphen Rostain	55
LA TRADICIÓN ARAUQUINOÍDE EN LA GUYANA FRANCESA: LOS COMPLEJOS BARBAKOEBA Y THÉMIRE Claude Coutet	71
OS COMPLEXOS CERÂMICOS DO AMAPÁ: PROPOSTA DE UMA NOVA SISTEMATIZAÇÃO João Darcy de Moura Saldanha, Mariana Petry Cabral, Alan da Silva Nazaré Jelly Souza Lima, Michel Bueno Flores da Silva	86
“C’EST CURIEUX CHEZ LES AMAZONIENS CE BESOIN DE FAIRE DES VASES”: ALFARERAS PALIKUR DE GUYANA Stéphen Rostain	97
O QUE A CERÂMICA MARAJOARA NOS ENSINA SOBRE FLUXO ESTILÍSTICO NA AMAZÔNIA? Cristiana Barreto	115
A CERÂMICA MINA NO ESTADO DO PARÁ: OLEIRAS DAS ÁGUAS SALOBRAS DA AMAZÔNIA Elisângela Regina de Oliveira, Maura Imazio da Silveira	125
A CERÂMICA MINA NO MARANHÃO Arkley Marques Bandeira	147
O COMPLEXO CERÂMICO DAS ESTEARIAS DO MARANHÃO Alexandre Guida Navarro	158

II.2. BAIXO AMAZONAS E XINGU	170
ARQUEOLOGIA DOS TUPI-GUARANI NO BAIXO AMAZONAS Fernando Ozorio de Almeida	171
CERÂMICAS E HISTÓRIAS INDÍGENAS NO MÉDIO-BAIXO XINGU Lorena Garcia	183
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DA VOLTA GRANDE DO XINGU Letícia Morgana Müller, Renato Kipnis, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos Santos, Solange Bezerra Caldarelli	196
CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DA FOZ DO XINGU: UMA PRIMEIRA CARACTERIZAÇÃO Helena Pinto Lima, Glenda Consuelo Bittencourt Fernandes	210
CERÂMICA E HISTÓRIA INDÍGENA DO ALTO XINGU Joshua R. Toney	224
CERÂMICAS DA CULTURA SANTARÉM, BAIXO TAPAJÓS Joanna Troufflard	237
CERÂMICA SANTARÉM DE ESTILO GLOBULAR Márcio Amaral	253
AS CERÂMICAS DOS SÍTIOS A CÉU ABERTO DE MONTE ALEGRE: SUBSÍDIOS PARA A ARQUEOLOGIA DO BAIXO AMAZONAS Cristiana Barreto, Hannah F. Nascimento	262
CERÂMICAS POCÓ E KONDURI NO BAIXO AMAZONAS Lílian Panachuck	279
II.3. AMAZÔNIA CENTRAL	288
AS CERÂMICAS SARACÁ E A CRONOLOGIA REGIONAL DO RIO URUBU Helena Pinto Lima, Luiza Silva de Araújo, Bruno Marcos Moraes	289
AS CERÂMICAS AÇUTUBA E MANACAPURU DA AMAZONIA CENTRAL Helena Pinto Lima	303
CONTEXTO E RELAÇÕES CRONOESTILÍSTICAS DAS CERÂMICAS CAIAMBÉ NO LAGO AMANÃ, MÉDIO SOLIMÕES Jaqueline Gomes, Eduardo Góes Neves	321
UMA MANEIRA ALTERNATIVA DE INTERPRETAR OS ANTIPLÁSTICOS E A DECORAÇÃO NAS CERÂMICAS AMAZÔNICAS Claide de Paula Moraes, Adília dos Prazeres da Rocha Nogueira	334
A TRADIÇÃO POLÍCROMA DA AMAZÔNIA Jaqueline Belletti	348
A FASE GUARITA NOS CONTEXTOS DO BAIXO RIO SOLIMÕES Eduardo Kazuo Tamanaha	365
A SERPENTE DE VÁRIAS FACES: ESTILO E ICONOGRAFIA DA CERÂMICA GUARITA Erêndira Oliveira	373

II.4. SUDOESTE DA AMAZÔNIA	484
VARIABILIDADE CERÂMICA E DIVERSIDADE CULTURAL NO ALTO RIO MADEIRA Silvana Zuse	385
A CERÂMICA POLÍCROMA DO RIO MADEIRA Fernando Ozório de Almeida, Claide de Paula Moraes	402
CERÂMICAS DO ACRE Sanna Saunaluoma	414
A FASE BACABAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INTERPRETAÇÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO NO MÉDIO RIO GUAPORÉ, RONDÔNIA Carlos A. Zimpel, Francisco A. Pugliese Jr.	420
DOS FASES CERÂMICAS DE LA CRONOLOGÍA OCUPACIONAL DE LAS ZANJAS DE LA PROVINCIA ITÉNEZ – BENI, BOLIVIA Carla Jaimes Betancourt	435
CONTINUIDADES Y RUPTURAS ESTILÍSTICAS EN LA CERÂMICA CASARABE DE LOS LLANOS DE MOJOS Carla Jaimes Betancourt	448
II.5. ALTA AMAZÔNIA	462
TRAS EL CAMINO DE LA BOA ARCOÍRIS: LAS ALFARERÍAS PRECOLOMBINAS DEL BAJO RÍO NAPO Manuel Arroyo-Kalin, Santiago Rivas Panduro	463
LA CERÂMICA DE LA CUENCA DEL PASTAZA, ECUADOR Geoffroy de Saulieu, Stéphen Rostain, Carla Jaimes Betancourt	480
CERÂMICA ARQUEOLOGICA DE JAEN Y BAGUA, ALTA AMAZONIA DE PERU Quirino Olivera Núñez	496
COMPLEJO CERÂMICO: MAYO CHINCHIPE Francisco Valdez	510
LA CERÂMICA DEL VALLE DEL UPANO, ECUADOR Stéphen Rostain	526
PARTE III - PARA SEGUIR VIAGEM: REFERÊNCIAS PARA A ANÁLISE DAS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DA AMAZÔNIA	541
A CONSERVAÇÃO DE CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DA AMAZÔNIA Sílvia Cunha Lima	543
GLOSSÁRIO	551
Processos tecnológicos	553
Denominações formais e funcionais das cerâmicas	568
Contextos arqueológicos das ocupações ceramistas	581
Conceitos e categorias classificatórias	589
REFERÊNCIAS	603
ÍNDICE ONOMÁSTICO	654
AGRADECIMENTOS	659
SOBRE OS AUTORES E SUAS PESQUISAS	661







NÃO EXISTE NEOLÍTICO AO SUL DO EQUADOR: AS PRIMEIRAS CERÂMICAS AMAZÔNICAS E SUA FALTA DE RELAÇÃO COM A AGRICULTURA

Eduardo Góes Neves

RESUMEN

Las primeras cerámicas amazónicas y la falta de correlación con la agricultura

Este artículo muestra que, en el contexto de las tierras bajas tropicales de América, no existe una correlación entre los inicios de la producción cerámica y la adopción de la agricultura, lo que genera una crítica del concepto de Formativo, consagrado en la Arqueología Americanista.

ABSTRACT

The first ceramics from the Amazon and its lack of correlation with agriculture

This article shows that, in the context of the tropical lowlands of the Americas, there is no correlation between the beginning of ceramic production and the adoption of agriculture, what calls for a critique of the concept of formative well established in Americanist Archaeology.

Introdução

O estudo dos biomas e povos da Amazônia e outras regiões tropicais úmidas tem um papel importante no desenvolvimento da ciência moderna. Desde o início do século XIX, com os esforços pioneiros de Alexander von Humboldt, estudiosos ocidentais têm percorrido os trópicos, na Amazônia e alhures, em busca de respostas para questões básicas, como a explicação para o surgimento e desenvolvimento da diversidade biológica. Não é por acaso que tanto Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, os proponentes da teoria da evolução, tiveram seus momentos de revelação, tal como reza a lenda, durante viagens, respectivamente, ao arquipélago de Galápagos e ao arquipélago Malaio. Por outro lado, as florestas tropicais têm mantido, ao longo dos anos, uma imagem associada a ambientes prístinos, escassamente ocupados por seres humanos ao longo dos milênios. Tais perspectivas se traduzem em políticas públicas modernas para a ocupação dessas áreas, que frequentemente têm resultados catastróficos porque são baseadas em noções de ausência, carência ou escassez.

No Novo Mundo, durante o século XIX, o estudo da história natural da bacia amazônica e seu processo de ocupação humana foi o campo de testes para importantes debates científicos. Um desses debates diz respeito ao papel do uniformitarismo geológico versus a ocorrência de eventos catastróficos no desenvolvimento de novas espécies. Como se sabe, até o início do século XIX, teorias catastrofistas, cujo proponente mais conhecido foi Cuvier, foram propostas para explicar a evidência fóssil, àquela altura já amplamente conhecida pelas pesquisas de anatomia comparada e paleontologia, como resultado de sucessivos processos catastróficos que teriam ocorrido no passado e levado à extinção de espécies. Por outro lado, graças às propostas dos então pioneiros geólogos Hutton e Lyell, começou a tomar forma uma perspectiva alternativa, que de certo modo funda a geologia moderna, a do *princípio do uniformitarismo*: a qual propunha que eventos que ocorrem no presente ocorreram da mesma maneira e com a mesma intensidade no passado. Catastrofistas e uniformitaristas tinham, portanto, concepções absolutamente distintas sobre os ritmos da história natural e o próprio passado: acelerado e relativamente mais rápido para os primeiros, lento e com uma profundidade cronológica quase infinita para os segundos (Grayson, 1983; Gould, 1987).

Louis Agassiz, um naturalista suíço, que eventualmente tornou-se professor na Universidade de Harvard, onde fundou o Museu de Zoologia Comparada, foi um defensor acalorado da perspectiva catastrofista, baseado em sua experiência prévia de pesquisa com os glaciares alpinos de sua terra natal (Grayson, 1983). Decidido a provar que eventos catastróficos de glaciações não estiveram restritos apenas a regiões alpinas no passado, Agassiz organizou, em 1865, com apoio de financiadores de Boston e do Imperador Pedro II, uma grande expedição à Amazônia – a Expedição Thayer. A hipótese a ser testada com os dados de campo era simples, mas elegante: se glaciações foram de fato prevalentes no passado, os sinais de sua ocorrência deveriam também ser encontrados nas regiões mais improváveis, como os trópicos equatoriais amazônicos.

Da viagem de Agassiz ao Brasil sobrevivem relatos escritos por ele e por sua esposa, Elizabeth. Talvez mais importante tenha sido o fato de o naturalista ter-se feito acompanhar por um grupo de jovens estudantes, que se tornariam também figuras importantes por seus próprios méritos. Uma delas foi William James, o filósofo, irmão do também famoso escritor Henry James. Outro foi o geólogo canadense Charles Frederick Hartt, que acabou por se instalar no Brasil, onde criou o Serviço Geológico do Império, antes de falecer precocemente no Rio de Janeiro. A função inicial de Hartt na expedição Thayer era encontrar evidências geológicas de geleiras na Amazônia, mas ele também foi atraído pela arqueologia da área, para onde voltou posteriormente, e onde fez observações importantes, que o colocam como um dos fundadores da arqueologia brasileira (Freitas, 2002).

Em suas pesquisas, Hartt foi pioneiro em descrever as belas cerâmicas da ilha de Marajó e os férteis solos antrópicos conhecidos como terras pretas de índio, atualmente foco de estudos intensos por toda a Amazônia. Particularmente interessantes foram a identificação e coleta de amostras do sambaqui fluvial de Taperinha (Hartt, 1885). Localizado próximo da moderna cidade de Santarém, no Baixo Amazonas (Papavero; Overal, 2012), Taperinha tem o que são consideradas as mais antigas cerâmicas produzidas no Novo Mundo, com datas de cerca de 7.000 anos (Roosevelt et al., 1991). Depois de ser examinado por Hartt, esse importante sítio foi escavado mais uma vez pela arqueóloga Anna Roosevelt na década de 1980, sem ser posteriormente estudado. As coleções de Taperinha permanecem armazenadas no Peabody Museum, em Harvard, e no Field Museum, em Chicago, para onde foram enviadas por Hartt e Roosevelt.

Os dados de Taperinha são importantes porque se juntam a um grupo crescente de evidências que atestam que a Amazônia foi um cenário importante para a história da ocupação humana do Novo Mundo, incluindo a domesticação de plantas e produção inicial de cerâmica. No século XVI DC, quando os europeus chegaram à América do Sul, foram confrontados, na Cordilheira dos Andes, por sociedades centralizadas e hierárquicas, como o Império Inca. A evidência da arquitetura monumental em pedra, também abundante nos Andes e na costa desértica do Oceano Pacífico, no atual litoral do Peru, foi igualmente utilizada para estabelecer uma imagem da história cultural dos povos indígenas sul-americanos que permanece forte até o presente: a noção de que, na América do Sul, a costa árida do Pacífico e as terras altas andinas foram berços da civilização, enquanto as terras baixas tropicais tiveram um papel periférico na ocupação humana do continente.

Nos últimos anos, pesquisas feitas na Amazônia têm contribuído para mudar esse quadro. Torna-se cada vez mais claro que a Amazônia era densamente povoada na época da chegada dos europeus, e que as sociedades que ali viviam exibiam uma ampla variedade de padrões de organização social e política (Heckenberger; Neves, 2009). Se no passado andino as rochas eram amplamente disponíveis como material construtivo, na Amazônia foram os solos que cumpriram tal papel. Conseqüente, o que se reconhece atualmente como aterros, valas, canais, diques, em alguns casos com grandes dimensões, só recentemente foram reconhecidos como resultado da autoria humana (Heckenberger, 2003; Rostain, 2012; Schaan, 2011).

Essas novas evidências mostram que a Amazônia e seus povos tiveram um papel importante na história da ocupação humana do continente, e não podem mais ser entendidos a partir de perspectivas que os colocam em contextos periféricos, como receptadores de inovações ocorridas alhures e para lá transplantadas. Há, portanto, espaço para uma nova síntese da arqueologia sul-americana que incorpore tais desenvolvimentos recentes e construa uma narrativa feita a partir do estudo do próprio registro arqueológico e não de hipóteses elaboradas ao longo da história recente do continente. Neste texto, procurarei esboçar brevemente algumas dessas hipóteses.

As primeiras cerâmicas amazônicas: origem única ou múltipla?

Um dos fatos mais notáveis da arqueologia do novo mundo nas últimas décadas possivelmente tenha sido a constatação silenciosa de que os centros iniciais de produção cerâmicas estão localizados longe dos supostos centros de domesticação de plantas e emergência de sociedades estratificadas pelo continente. Dentre esses centros iniciais há, na América do Norte, uma série de sambaquis localizados no litoral e regiões lagunares na costa da Flórida e Geórgia, nos Estados Unidos, com datas que chegam a mais de 5.000 anos de idade

(Anderson; Sassaman, 2012: 107). Na América do Sul, o quadro é talvez ainda mais interessante: há pelo menos quatro centros de produção inicial, todos eles localizados ao longo de um arco que inclui distintos ambientes tropicais, distribuídos por terras baixas, em ambientes litorâneos, estuarinos ou ribeirinhos: Valdivia, com datas de mais de 5.500 anos, na zona de bosque seco do atual litoral equatoriano (Marcos, 2015), San Jacinto e Puerto Hormiga, no baixo rio Magdalena, no Caribe colombiano (Oyuela-Caycedo, 1995; Reichel-Dolmatoff, 1965), Mina e talvez Alaka, com sambaquis e sítios a céu aberto na região coberta atualmente por manguezais, que vai do Suriname, passando pelo litoral do Salgado até o golfo Maranhense (Simões, 1981; Roosevelt, 1995; Silveira; Schaan, 2005) e Taperinha, no sambaqui fluvial homônimo (Roosevelt, 1995; Roosevelt et al., 1991). Embora a hipótese de que tais centros tenham sido de fato independentes pareça plausível e receba o apoio da maioria dos autores que trabalham com o tema (Roosevelt, 1995; Oyuela-Caycedo, 1995; Raymond, 1998), não há, como sempre em arqueologia, unanimidade sobre essa questão: em um artigo pouco citado e publicado já no final de sua vida, Meggers (1997) refuta a noção de múltiplos centros independentes, chamando a atenção pela notável semelhança entre motivos decorativos encontrados em cerâmicas de distintas partes das terras baixas tropicais, o que seria um reflexo, nesta perspectiva, de derivarem, todas elas, de um centro de origem comum.

De qualquer modo, a despeito da discussão sobre um único ou múltiplos centros, nunca é demais ressaltar que todos os locais com cerâmicas antigas têm em comum o fato de serem ambientes tropicais de terras baixas. Mesmo os achados recentes feitos por Valdez (2007) e Olivera (2014), de cerâmicas antigas – datadas em cerca de 4.500 anos e com semelhanças notáveis aos estilos mais tardios de Chorrera e Cupinisque, do litoral do Equador e costa norte do Peru – realizaram-se também em contextos de transição entre a cordilheira dos Andes e seus vales orientais amazônicos. Tal constatação, por si só seria suficiente para refutar de antemão os princípios – mais políticos que científicos – que asseguram aos trópicos um papel marginal e até mesmo deletério na história de nossa espécie *Homo sapiens*. Sabe-se, hoje, que a ocupação humana das terras baixas tropicais é tão antiga como em outras partes do continente (Dillehay, 2008; Roosevelt et al., 2002) e que algumas inovações importantes como o início da produção cerâmica provêm também desses contextos.

A diversidade social amazônica no presente no passado

A Amazônia é reconhecida pela sua biodiversidade, mas ela é também uma região de grande diversidade sociocultural, o que pode ser aferido pela grande diferença entre as línguas e famílias de línguas indígenas expressadas até hoje na região, uma das mais altas em todo o planeta. Tal diversidade cultural foi também prevalente no passado, conforme se percebe pelas distintas culturas arqueológicas – representadas, por meio de diferentes manifestações de produção material, padrões de assentamento e formas de relação com o meio ambiente – preservados nos sítios da região. A diversidade cultural antiga e contemporânea da Amazônia não é, no entanto, algo dado *a priori*. Ela se constituiu ao longo dos milênios, através de histórias políticas e econômicas dos povos antigos da região, que estabeleceram processos de isolamento e interação que forjaram o padrão verificado nas etnografias contemporâneas. Quanto feita à luz de tal constatação, a leitura do registro arqueológico das ocupações iniciais da Amazônia faz bastante sentido, pois parece que desde os primeiros povos que ocuparam a região tiveram modos de vidas distintos, o que pode ser aferido, por exemplo, pelas distintas indústrias líticas encontradas no final do Pleistoceno e início do Holoceno: no estado do Mato Grosso, na bacia do alto rio Guaporé, o sítio Abrigo do Sol apresentou datas entre 14.700 e 8.930 AP (Miller, 1987: 63-64) para uma indústria lítica diversificada de seixos, núcleos e lascas, enquadrada

no *Complexo Dourados* – também encontrado na porção sudoeste de Rondônia, na Chapada dos Parecis. Outros sítios que evidenciam a ocupação humana da Amazônia na transição Pleistoceno-Holoceno localizam-se no médio rio Caquetá (ca. 9.000 AP; Gnecco; Mora, 1997), nas savanas das Guianas (Rostain, 2012), nas imediações de Santarém (ca. 11.000 AP; Roosevelt et al., 1996), na Amazônia central (ca. 8.500 AP; Neves, 2013) e na bacia do médio Tocantins (Bueno et al., 2013). Tal quadro de diversificação é compatível com a hipótese de distintos centros iniciais de produção cerâmica e, mais ainda, com a imensa diversidade linguística verificada na região, dentre as maiores registradas no planeta.

A colaboração entre arqueologia, antropologia cultural e linguística é um procedimento antigo e tem sido utilizado em outros contextos como a Polinésia (Kirch, 2000) ou o neolítico europeu (Anthony, 2007; Renfrew, 2000). Para alguns autores, o padrão de distribuição de línguas verificado no planeta antes do século XVI DC resultou, em grande parte, de processos de expansão demográfica decorrentes da domesticação de plantas e animais no início do Holoceno (Bellwood, 2006). Na arqueologia das terras baixas da América do Sul, tal enfoque foi levado adiante por autores como Lathrap (1970), Meggers (1979), Brochado (1984) e Rouse (1992). Mais recentemente, pesquisas realizadas na Amazônia central têm mostrado que as mudanças nos estilos cerâmicos verificadas nas sequências regionais correspondem também a mudanças nas formas e contexto de ocupação dos assentamentos, que podem ser interpretadas como correlatos de ocupações por diferentes grupos linguísticos (Neves, 2011).

Ao contrário, no entanto, da Polinésia ou Europa ocidental, onde, com algumas exceções, até o século XVI DC eram faladas línguas de uma única família, como o Indo-Europeu, na Europa, ou o Austronésiano, na Polinésia, a quantidade de famílias linguísticas representadas na Amazônia é muito grande, incluindo desde aquelas com grande dispersão geográfica, como Arawak e Tupi até àquelas com distribuição regional mais localizada, como Jivaro ou Tukano, dentre muitas outras. Há, também, principalmente na Amazônia ocidental, uma grande quantidade de línguas isoladas, representadas em áreas também restritas. Assim, se estiver correta a hipótese de Bellwood e Renfrew (2002), correlacionando processos de dispersão de línguas à emergência da agricultura, pode-se, propor para a Amazônia, que não houve ali um único sistema agrícola no passado, e que, mais que isso, a agricultura tenha sido relativamente menos importante no passado da região, ao menos se comparada a outros locais do planeta (Neves; Rostain, 2012). Tal hipótese é ainda preliminar e necessitará ser testada, mas um exame da escassa evidência atualmente disponível para o contexto inicial da produção de cerâmicas parece apoiá-la, pois aparentemente não há uma correlação observada entre a domesticação inicial de plantas e o início da produção cerâmica no novo mundo.

Algumas diferenças notáveis entre as arqueologias do Novo e Velho Mundos

Quando se compara o processo de domesticação de plantas e animais, bem como a emergência da desigualdade social institucionalizada nas Américas e Crescente Fértil, alguns contrastes são notáveis. Talvez o maior deles seja o grande intervalo cronológico que existe entre as primeiras evidências de domesticação de plantas e a emergência da vida urbana, ou mesmo aldeã, nas Américas (De Saulieu; Testart, 2015). Enquanto no velho mundo, no Levante e Anatólia, tais processos tenham ocorrido quase simultaneamente, a ponto de haver uma discussão acirrada sobre qual deles teve antecedência sobre o outro (Zeder, 2011), nas Américas, em locais como o México e Equador, as evidências de domesticação de plantas estão claramente associadas

a grupos de tinham economias diversificadas, baseadas na caça, pesca e coleta, e também no cultivo de plantas domesticadas, e que mantiveram tais modos de vida por milênios (Piperno, 2011).

Nas Américas, a domesticação de plantas e, principalmente, a incorporação de uma planta domesticada à dieta de uma determinada população parece ter sido, sobretudo, um processo de escolha e não o resultado de um imperativo adaptativo, tal como bem indicado por Hastorf (2006) para os contextos do litoral Pacífico do Peru. É plausível supor, portanto, que no Novo Mundo não houve pressões adaptativas para uma adoção rápida da agricultura, mesmo com um quadro de domesticação antiga de plantas, do mesmo modo que houve pouquíssimas pressões para a domesticação de animais (Stahl, 2014). O exemplo do milho é ilustrativo nesse sentido: trata-se de uma planta domesticada na Mesoamérica, na região do rio Balsas, há pelo menos 7.000 anos (Piperno, 2011), que se espalhou rapidamente pelo continente, chegando, dentre outros locais, ao Equador há 6.000 anos (Piperno, 2011) e ao longínquo litoral do Uruguai há cerca de 4.500 anos (Iriarte et al., 2004). Está claro que a mera presença do milho entre tais populações, tão distantes umas das outras, não indica que tenham sido agricultoras, mas sim, uma vez mais, grupos oportunistas e generalistas que tinham padrões de consumo baseados no manejo e cultivo de recursos naturais e selvagens. É interessante notar, nesse sentido, que em 1492 DC as plantas ameríndias que tinham mais dispersão pelo continente eram o milho e o tabaco, cujos usos, em muitos casos estão mais associados a contextos recreativos ou religiosos que propriamente ao consumo puramente alimentício. Finalmente, a própria distinção entre “natural” e “selvagem”, nesses casos resulta mais de um grosseiro imperativo classificatório tributário de uma herança intelectual forjada em outros contextos e baseada em outras experiências, do que propriamente um reflexo mais fiel de categorias ameríndias de classificação.

No caso das cerâmicas mais antigas das Américas, talvez o melhor estudo dos contextos produtivos a elas associadas tenha sido o feito por Bonzani e Oyuela-Caycedo (2005) em San Jacinto. Localizado próximo ao litoral do Caribe colombiano, as escavações em superfícies amplas realizadas no sítio permitiram a evidência de estruturas bem preservadas de processamento de alimento, formadas por cavidades revestidas por argila e, em alguns casos, com a presença de rochas fragmentadas pela ação do fogo, desassociadas espacialmente dos locais onde são encontradas cerâmicas. Para Oyuela-Caycedo (1995), tal falta de associação sugere que as cerâmicas iniciais de San Jacinto não estariam associadas ao processamento de alimentos, mas sim ao consumo de bebidas em eventos festivos. No caso amazônico, os dados obtidos nos sítios da fase Mina e em Taperinha não permitem ainda que se saibam quais eram as atividades produtivas das populações que os habitaram, mas parece plausível propor que tampouco eram agricultoras, embora seja quase certo de que restos de plantas domesticadas sejam ali identificados. Neste ponto, os dados bastantes preliminares obtidos em escavações de sítios na bacia do Alto rio Madeira contribuem para o avanço da discussão.

O que a arqueologia da bacia do Alto Madeira pode nos dizer sobre a dissociação entre cerâmicas e agricultura na Amazônia antiga?

Apesar das evidências de ocupações humanas desde o final do Pleistoceno, muitas regiões da Amazônia parecem ter presenciado ocupações descontínuas ao longo do Holoceno, principalmente no Holoceno médio (ca. 6.000 a 3.500 AP – Araújo et al., 2006; Neves, 2013). Tal hiato, no entanto, não se manifesta

na bacia do Alto Madeira, nos locais onde se têm estabelecido sequências cronológicas mais controladas (Almeida; Neves, 2014). De fato, a arqueologia do sudoeste amazônico mostra significativas continuidades nas ocupações humanas desde tempos recuados, com registros relativamente contínuos para todo o Holoceno (Lombardo et al., 2013), um quadro distinto do observado para muitas áreas das terras baixas da América do Sul. A despeito da possibilidade desse fato poder estar relacionado a um viés tafonômico na formação e na preservação de contextos do Holoceno médio; ou mesmo nas metodologias aplicadas aos levantamentos arqueológicos que têm privilegiado as pesquisas voltadas a outros períodos, o padrão de continuidade nas ocupações ao longo do Holoceno no Alto Madeira demanda investigações mais aprofundadas, para que se compreenda como ocorreu o processo de diversificação cultural e como se desenvolveram as relações entre populações humanas e o meio ambiente ao longo de milênios na Amazônia.

Os sítios recentemente escavados pela equipe do Arqueotrop e por outros projetos ligados ao licenciamento ambiental no Alto Madeira região têm confirmado os resultados obtidos por Eurico Miller sobre a antiguidade e a continuidade daquelas ocupações (Almeida; Neves, 2014; Miller et al., 1992), evidenciando pacotes arqueológicos densos, com sobreposições de camadas arqueológicas bem marcadas, com depósitos antigos de terras pretas datados ao redor de 7.000 BP.

Terras pretas têm recebido uma grande atenção por parte de arqueólogos, agrônomos e ecólogos porque representam um sinal claro de modificações da natureza, no caso dos solos, por parte dos povos indígenas que ocuparam a região no passado (Neves et al., 2003). Há também uma hipótese que associa a formação de terras pretas ao processo de domesticação de plantas (Clement et al., 2010). Um dos melhores contextos de ocupações relativamente contínuas e formação de terras pretas antigas no sudoeste da Amazônia foi identificado por Miller, em suas escavações no sambaqui de Monte Castelo, que tem sido também objeto de estudos do Arqueotrop nos últimos anos (Pugliese; Zimpel, neste volume).

Localizado na planície aluvial do rio Branco, a cerca de 20 km de sua confluência com o rio Guaporé, o sambaqui Monte Castelo tem a forma elíptica, com cerca de 160 m em seu eixo basal maior e cerca de seis metros de altura (Miller, 2009: 105). As intervenções realizadas por Miller na década de 1980 e pelo Arqueotrop em 2014, indicaram grande quantidade de fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, restos de plantas (incluindo grãos de milho em uma camada de cerca de 4.000 anos de idade), além de fauna abundante, incluindo caramujos do gênero *Pomacea*, que constituem a matriz do sambaqui. As datações realizadas por Miller situam o contexto de produção cerâmica em cerca de 4.000 anos AP, o que é compatível com o encontrado em outros sambaquis amazônicos. Sobre a ocupação sambaqueira há ainda evidências de cerâmicas em estratos datados em cerca de 5.200 anos AP, ainda em estudo, sobrepostos a estratos ainda mais antigos, com artefatos líticos associados a terras pretas, cujas datações recuaram até 8.300 AP. Trabalhos recentes realizados em sambaquis semelhantes, localizados na Amazônia boliviana, mas sem a presença de cerâmica, a cerca de 200 km em linha reta de Monte Castelo, confirmam as datas antigas, por volta do início do Holoceno, para o início da construção do sambaqui (Lombardo et al., 2013).

Os dados de Monte Castelo são ainda preliminares, mas sugestivos. Se, a partir de um exame inicial, a presença no sítio de restos de milho associados a ocupações cerâmicas do final do Holoceno médio, com cerca de 4.000 anos de idade, sugeririam uma associação entre agricultura e a produção oleira, parece-me mais interessante considerar que o sambaqui apresenta um contexto similar a sítios como San Jacinto, onde as cerâmicas iniciais estão dissociadas do processamento de alimentos (Oyuela-Caycedo, 1995); ou ao cerrito de Los Ajos, no Uruguai, onde a presença do milho há mais de 4.000 anos não indica que tais populações fossem agricultoras (Iriarte et al., 2004). É também bastante provável que

este tenha sido também o contexto em outros sítios com cerâmicas antigas nas terras baixas tropicais, como as ocupações da fase Mina – com ou sem a formação de sambaquis – da costa do Pará e Guiana Francesa, no sítio Eva-2, onde se estabeleceu o cultivo de milho e outras plantas com datas de cerca 6.000 anos BP (Pagán-Jimenez et al., 2015; van den Bel, 2015). Em vista disso, pode-se supor que eventualmente os dados de Taperinha trarão resultados semelhantes.

Temas para futuras pesquisas

Se, de fato, trabalhos futuros confirmarem a dissociação entre o início da produção cerâmica e da agricultura para a Amazônia e outras áreas das Américas, talvez cheguemos ao momento de rejeitar o uso de categorias como “arcaico” e “formativo”. Tais conceitos, principalmente o último, foram criados como ferramentas para substituir, no contexto americano, conceitos aparentemente bem-sucedidos aplicados no contexto do velho mundo, como os de “mesolítico” e “neolítico” (Ford, 1969; Willey; Philipps, 1958). Mesmo no velho mundo, na Eurásia, discussões recentes têm mostrado contextos antigos de produção de cerâmica, ainda no final do Pleistoceno, aparentemente dissociados do início da domesticação de plantas e em áreas também supostamente marginais, como a Sibéria ou norte da Escandinávia (Jordan; Zvelebil, 2009: 38).

Se as hipóteses aqui esboçadas tiverem algum valor, pelo menos estas servirão para que novas categorias analíticas sejam buscadas, baseadas na premissa de que as trajetórias históricas dos povos ameríndios foram bastante distintas das dos povos do Velho Mundo.

O estudo de cerâmicas amazônicas, apesar de centenário, tem ainda muitas outras questões a resolver, algumas delas aqui elencadas: houve um hiato na produção cerâmica no final do Holoceno médio? Qual a relação entre cerâmicas das fases Mina e Ananatuba ou outros complexos posteriores da foz do Amazonas? Pode-se considerar “amazônicas” as cerâmicas antigas da Amazônia andina? Parecem mais com Chorrera e Cupinisque, complexos da costa do Equador, que complexos “Amazônicos”? Qual a relação entre as cerâmicas Saladoides do baixo Orinoco (Oliver, 2014) e as Pocó-Açutuba da calha do Amazonas (Neves et al., 2014)? Por que não se identificaram ainda outros sambaquis, como Taperinha, no Baixo Amazonas?

Tais questões, enumeradas rapidamente, mostram um caminho promissor para pesquisas, que alia tanto questões conceituais mais amplas quanto problemas detalhados de estabelecimento e refinamento de cronologias. Talvez seja por essa rica combinação entre teoria e prática, notável desde os tempos de Hartt, que a arqueologia da Amazônia consiga manter a sua vitalidade até hoje.

Agradecimentos

Agradeço a Bruna Rocha, Vinícius Honorato, Manuel Arroyo-Kalin e Stéphen Rostain, por me indicar textos que enriqueceram as discussões aqui apresentadas, bem como a Helena Lima, Cristiana Barreto e Carla Jaimes Betancourt, pelo convite para participar deste livro e do evento que o gerou.